



OutubroMed

A exemplo do que ocorreu no ano passado (foto), a entrega do Diploma de Mérito Ético-Profissional será um dos destaques no *OutubroMed*, programado pelas entidades médicas para os festejos que reverenciam os médicos. A diplomação vai ocorrer em 18 de outubro, no Dia do Médico, tendo ainda a homenagem da Medalha de Lucas. **Página 6 e 7**



J O R N A L D O

CRM PR

Órgão Informativo do
Conselho
Regional de Medicina do
Paraná

Ano VII • Nº 59
Setembro / 2003

www.crmpr.org.br
e-mail: jornal@crmpr.org.br

IMPRESSO
ESPECIAL

3600137601/2001-DR/PR
CRM/PR

---CORREIOS---

Urnas expressam confiança às propostas da "União Médica"

Nesta edição

Luiz Sallim Emed faz despedida da Presidência
Editorial da Pág. 2

Norma define patamar ético de remuneração
Página 3

Orçamento à saúde gera expectativa
Páginas 4 e 5

Alerta com exercício ilegal da profissão
Página 15

Um aficionado pela vida e pela natureza
Página 16

A Comissão Eleitoral homologou o resultado das eleições para composição do quadro de conselheiros e dos delegados representantes do CRM-PR, na gestão 2003/08. Prevalecendo o consenso na estruturação de chapas únicas, o pleito foi realizado em 20 de agosto em clima de absoluta normalidade. Mais de 70% dos médicos tiveram acesso às urnas eletrônicas. A posse dos conselheiros, eleitos com mais de 83% dos votos, vai ocorrer em 1.º de outubro, quando em plenária será indicada a diretoria para os primeiros 20 meses. Da mesma forma, os delegados das Regionais indicam os presidentes para o período. Encontro em 20 de setembro reúne todos os eleitos e os funcionários da estrutura do Conselho para esclarecer rotinas de trabalho e definir estratégias de ação. A implantação do rol de procedimentos, a valorização do trabalho médico, o ensino de qualidade a educação continuada e a maior integração com a sociedade são questões prioritárias na nova gestão.

Páginas 8 e 9



A sede do CRM concentrou o maior movimento nas eleições de agosto. Acima, à direita, os Drs. Dulton de Paola, Farid Sabbag e Ehrenfried Wittig, da Comissão Eleitoral, que homologou o resultado do pleito.

Saúde!

Na iminência de encerrar a atual gestão, nos permitimos fazer uma reflexão. Tive a felicidade e a honra de chegar à presidência do Conselho Regional de Medicina do Paraná, cargo que exerci por três períodos consecutivos. Mas, por que essa honraria foi destinada a mim?

Tive vida semelhante a tantos outros médicos, provenho de família humilde, dediquei-me aos estudos não mais que a maioria, fui atencioso com meus pacientes e, como muitos, demonstrei a solidariedade que qualquer ser humano merece. E fui, como tantos, intransigente e persistente na busca da justiça e na aplicação e dedicação à ética.

Será que fui presidente do meu Conselho de Classe por destino, sorte ou amizades que cultivei ao longo dos anos? Talvez tenha sido meu perfil conciliador? Ou a minha temperança, quem sabe? Realmente não sei. As causas, na verdade, não mais importam. Importa sim avaliar o que tentei e o que fiz no desempenho desse mister. Numa análise crítica e deixando de lado a modéstia, que seria falsa, sei que fui dedicado, percebi as necessidades da classe e persegui as soluções. Nem sempre obtive êxito, mas prevaleceu sempre o sentimento de luta sem esmorecimento.

Para ser elevado à presidência, por três vezes, foram necessários componentes como dedicação, percepção das necessidades dos médicos, a divulgação do trabalho, a luta pela união das entidades e o convencimento para agregar mais instituições médicas para aumentar o grupo em defesa da sociedade e das boas condições para o trabalho médico.

Também foi necessário o envolvimento nas questões de políticas de saúde, do ato médico, melhoria nas condições do ensino, da nova classificação hierarquizada de procedimentos médicos, no plano de cargos carreira e remuneração, no Programa de Medicina da Família, na descentralização do CRM pelo interior e de ações efetivas em todo o Paraná.

Por esse trabalho, cujo mérito é extensivo e dividido com todos aqueles que hoje representam o CRM, tenho a felicidade de continuar conselheiro, em razão da condução do processo eleitoral em chapa de consenso, pois soubemos contemplar as mais diferentes representações, convidar especialidades de maior demanda, formar um corpo de conselheiros coeso, mas ao mesmo tempo aberto ao contraditório e respeitando idéias divergentes para que, no final, a convergência e o entendimento prevaleçam.

Juntos, tivemos a habilidade de evitar disputas desgastantes e conflituosas, com o perigo de fazer prevalecer os interesses individuais ou de grupos, em detrimento do interesse da boa medicina. O resultado das eleições demonstrou que 83,3% dos votos foram de apoio ao trabalho desenvolvido pelos atuais conselheiros e delegados, mesmo com chapa única e com o voto obrigatório.

É gratificante deixar a presidência com esse resultado, mesmo ouvindo algumas reivindicações e considerações, necessárias para corrigir distorções. Mas as manifestações de apreço e os elogios pela construção da nova sede nos orgulham e ajudam a manter nossa representatividade e auto-estima. Enfim, temos a Casa do Médico e da Ética.

Os cumprimentos pelo tra-

“Temos que celebrar o passado e cerebrar o futuro.”
Clemente Ivo Juliatto

balho e ações desenvolvidas, são muito maiores, mas confesso que a atenção está voltada para as críticas e, atender os anseios dos médicos, é nossa missão, sem esquecer que os benefícios devem ser extensivos para a sociedade. Vamos continuar na luta, enfrentando com destemor os desafios da profissão, principalmente pela implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, onde a participação de todos será fundamental para atingirmos as nossas metas, demonstrando para a sociedade que lutamos não apenas por nós, mas por ela, também, sobretudo contra os interesses financeiros que comprometem a vida, reduzem o acesso à saúde e promovem injustiças.

Enfrentamos momentos difíceis por conta da conjuntura econômica do país. Porém, com sabedoria e criatividade venceremos os obstáculos, pois quem trabalha com ética, humanismo e solidariedade vencerá sempre.

Um abraço fraterno a todos os médicos paranaenses e eterna gratidão pela confiança depositada ao nosso grupo de trabalho. Os sete anos e meio em que, com orgulho e honradez exerci o cargo de presidente, ficarão marcados na minha vida, como se fora um sonho que não se esquece. Tenho certeza de que esse período a frente dos destinos do CRM-PR tornaram-me um homem mais compreensivo, um médico mais sensível e um ser humano melhor. O Conselho será melhor, pois vem agora um novo fôlego, com esperança e compromisso renovados. “Devemos cerebrar o futuro”.

Saúde!

Cons. Luiz Sallim Emed,
presidente do CRM-PR

expediente

CRM PR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial

Luiz Sallim Emed (coordenador), Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Ehrenfried Othmar Wittig, João Manuel Cardoso Martins, Eloi Zanetti e Hernani Vieira

Diretoria - Gestão 1998/2003

Presidente: Cons. Luiz Sallim Emed
Vice-Presidente: Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho
1.ª Secretária: Cons. Marília Cristina Milano Campos
2.ª Secretária: Cons. Monica De Biase Wright Kastrop
Tesoureiro: Cons. Roberto Bastos da Serra Freire
Tesoureiro-Adjunto: Cons. Gerson Zafalon Martins
Corregedora: Cons. Raquela Rotta Burkiewicz
Corregedor Adjunto: Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha

Conselheiros Efetivos

Carlos Elnke Braga Filho, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Daebes Galati Vieira, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, José Luís de O. Camargo (Londrina), Kemel Jorge Chamas (Maringá), Luiz Sallim Emed, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Mariângela Batista Galvão Sinão, Marília Cristina Milano Campos, Mauri José Piazza, Monica de Biase Wright Kastrop, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Rubens Kliemann, Sérgio Maciel Molteni, Wadir Rúpullo e Zacarias Alves de Souza Filho.

Conselheiros Suplentes

Antonio Carlos de A. Soares (Cascavel), Célia Inês Burgardt, Cícero Lotário Tironi, José Eduardo de Siqueira (Londrina), Lucia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Mello Costa (Umarana), Luiz Jacintho Siqueira (Ponta Grossa), Manoel de Oliveira Saraiva Neto, Marco Antonio do S. Marques R. Bessa, Mario Stival, Mírao Okawa (Maringá), Niazey Ramos Filho, Nilson Jorge de M. Pellegrini (Foz do Iguaçu), Orlando Belin Júnior (Guarapuava), Renato Seely Rocco e Sylvio José Borela (Pato Branco).

Membros Natos

Dr. Duilton de Paola / Dr. Farid Sabbag / Dr. Luiz Carlos Sobania / Dr. Wadir Rúpullo
Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque
Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma
Médico Fiscal: Dr. Elísio Lopes Rodrigues

Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá

Rua Victório Viezzer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 240-4000 / Fax: (0xx41) 240-4001.

•Delegacia Regional de Apucarana

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana - PR / Fone: (0xx43) 424-1417

•Delegacia Regional de Campo Mourão

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão - PR / Fone/fax: (0xx44) 525-1048.

•Delegacia Regional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel - PR / Fone/fax: (0xx45) 222-2263.

•Delegacia Regional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604/ Condomínio Centro Empresarial Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (0xx45) 572-4770

•Delegacia Regional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779 sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR/ Fone/fax: (0xx42) 623-7699

•Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Condomínio Empresarial Newton Câmara/ 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (0xx43) 3321-4961 / Fax: (0xx43) 3339-5347

•Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaléias, 209 / 87060-040 - Maringá- PR Fone/fax: (0xx44) 224-4329

•Delegacia Regional de Pato Branco

Rua Ipoiporã, 333 sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (0xx46) 225-4352

•Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR/ Fone/fax: (0xx42) 224-5292

•Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont. 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174

•Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício CEMED - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160

•Delegacia Regional de Fronteira de Porto União/União da Vitória

Rua Prudente De Moraes, 300 - 89400-000 - Porto União - SC
Fone: (0xx42) 523-1844 - Fax: (0xx42)522-0936

Delegado Regional do Cremesc: Dr. Ayrton Rodrigues Martins

Jornalista responsável: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistentes editoriais:** Priscila P. J. Naufel e Giselle Brisk / **Fotos:** Joel Cezariza e Miro Matiak / **Projeto Gráfico:** Jump! Comunicação / **Edição:** Upper Comunicação (0xx41) 252-0674 / **Fotolito e Impressão:** Serzeigraf / **Tiragem:** 16.500 mil exemplares.

Normatizado padrão mínimo e ético de remuneração à saúde suplementar

O Conselho Federal de Medicina já editou a norma legal que visa dar amparo à adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos como padrão mínimo e ético de remuneração dos procedimentos médicos para o Sistema de Saúde Suplementar. A Resolução n.º 1.673/03 foi aprovada na Sessão Plenária de 7 de agosto e publicada no DOU na segunda quinzena, com vigência imediata. A CBHPM tinha sido ratificada por ocasião do X Encontro Nacional das Entidades Médicas (ENEM), realizado em Brasília, no mês de maio deste ano.

A nova legislação estabelece, em seu artigo 2.º, que os valores relativos aos portes de procedimentos deverão ser determinados pelas entidades médicas nacionais, por intermédio da Comissão Nacional de Honorários Médicos. Contudo, como fixa o parágrafo único do mesmo artigo, “as variações, dentro das bandas determinadas nacionalmente, serão decididas pelas Comissões Estaduais ou Regionais de Honorários Médicos, levando-se em conta as peculiaridades regionais”.

No Paraná, o Departamento de Convênios da Associação Médica foi ampliado com quatro representantes do Conselho Regional de Medicina e igual número para o Simepar, totalizando 12 nomes. Reuniões para definir estratégias de implantação da CBHPM já foram realizadas em Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Maringá, Londrina, Cianorte e Curitiba.

Estiveram participando representantes e presidentes das Sociedades de Especialidades. Atual diretor do Departamento de Convênios da AMP, o também conselheiro Hélcio Bertolozzi Soares espera uma participação abrangente dos médicos e maior conscientização sobre a implantação do rol de procedimentos.

Apesar da expectativa pela distribuição da Classificação em formato digital (CD) as entidades médicas e sociedades de especialidades vêm incluindo a discussão do tema em todos os eventos científicos. O rol traz 5,4 mil procedimentos e oferece uma flexibilização de até 20% para mais ou para menos, que será aplicada de acordo com as características de cada região. No Paraná, essa banda somente será analisada e fixada depois de pronta a primeira edição da CBHPM. A partir de então, o passo seguinte será o de negociação com os compradores de serviços.

Um aspecto diferente em relação aos movimentos anteriores é que a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos advém de projeto conjunto da AMB/CFM. “A elaboração de Resolução do Conselho Federal, reconhecendo como padrão ético e mínimo, certamente terá uma adesão muito forte por parte dos médicos. Esperamos que os colegas tenham o entendimento da importância em trabalhar com os valores sugeridos”, reforça o presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed.

Conforme acentua o presidente do Conselho, a flexi-

bilização em 20% para cima ou para baixo evita também a acusação de eventual cartel. “Na fase inicial, os colegas que estiverem praticando valores fora do estipulado serão alertados pelo Conselho de que se trata de um movimento legítimo da classe e, ainda, serão orientados a rever a posição. Na persistência, outro encaminhamento será dado, pois na falta de seguimento ao estabelecido, com certeza será, no mínimo, atitude deselegante, concorrência desleal e até poderá ser caracterizada, em algumas situações, uma postura antiética”, esclarece Luiz Sallim Emed.

Por sua vez, o vice-presidente do CRM, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, destaca que as entidades médicas cumpriram o seu papel, investindo recursos na contratação da FIPE, que fez um trabalho técnico competente. “Agora, é o médico que deverá lutar pelos seus direitos e sua sobrevivência, além do futuro e respeito pela profissão”, completa.



Presidentes da AMB e CFM participaram de reunião com as regionais e sociedades de especialidades, dia 5 de setembro, na Associação Médica.

Crise nos planos de saúde

Para evitar problemas com usuários de planos de saúde antigos, com contratos anteriores à Lei 9.656/98, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça publicou, no início de setembro, portaria considerando como prática abusiva a interrupção de qualquer internação hospitalar promovida pelas operadoras. Para os órgãos de defesa do consumidor, o abuso será caracterizado mesmo quando o paciente não tiver que deixar o hospital, mas for obrigado a pagar um valor adicional. A medida, que prevê multa aos infratores, é apenas um paliativo diante do impasse que envolve a saúde suplementar no país, onde todas as partes envolvidas estão descontentes. A CPI dos Planos, que teve passagem pelo Paraná, tende a mostrar muitas irregularidades que envolvem o setor. Contudo, a grande expectativa é de que, até a terceira edição do Fórum Nacional de Saúde Suplementar, em outubro, possa ter havido entendimento sobre a melhor forma de ajuste às distorções existentes, em especial quanto a adequação dos milhões de usuários dos planos antigos e mecanismos de remuneração aos prestadores de serviços.

Classificação apresentada nos Estados

O lançamento oficial da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) ocorreu em 15 de julho, em Vitória, por ser o Espírito Santo o primeiro Estado a dispor de lei permitindo ao Conselho Regional de Medicina a elaboração e aplicação de lista referencial de honorários médicos. O trabalho foi apresentado posteriormente aos médicos de Pernambuco, Amazonas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e em Brasília, nesta em evento realizado em 22 de agosto, na sede do CFM. No Paraná, a Classificação vem sendo apresentada aos médicos em reuniões e encontros científicos. Representantes do Conselho Federal estiveram em Cascavel e Foz do Iguaçu, no final de julho, onde juntamente com integrantes do CRM e AMP discutiram aspectos da Classificação. A visita foi repetida a Curitiba no início de setembro.

A CBHPM apresenta todos os procedimentos médicos por região anatômica, em quatro capítulos: no capítulo 1 estarão agrupados os procedimentos gerais; o capítulo 2 reunirá os procedimentos clínicos ambulatoriais e hospitalares; os procedimentos cirúrgicos e invasivos estarão reunidos no capítulo 3, enquanto que o capítulo 4 foi reservado para os procedimentos diagnósticos e terapêuticos. O CFM e CRM-PR planejam a iminente distribuição de CD para todos os médicos.

Defesa da composição orçamentária

O presidente do Conselho Estadual de Saúde, médico Ruy Pedruzzi, acredita que a situação da saúde no Paraná apresentaria um quadro menos angustiante se estivessem sendo cumpridos à risca, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipais –, os investimentos preconizados constitucionalmente. No âmbito do governo estadual, Pedruzzi contabiliza dados que demonstram que, nos últimos quatro anos, a vultosa soma de R\$ 1 bilhão deixou de ser destinada em ações efetivas da saúde.

A fragilidade e a fragmentação do sistema, avalia o médico, são reflexos diretos da contenção de recursos, correspondentes à metade das necessidades. A crise das UTIs, insiste, é uma das agravantes da situação que coloca os prestadores de serviços, sobretudo os estabelecimentos hospitalares, em confronto com suas atribuições e em descrédito dos usuários. A má-remuneração, reconhece Pedruzzi, implica no comprometimento de toda estrutura de serviços, influenciando as condições de acesso, na relação médico-paciente, na humanização do tratamento e até na resolubilidade da assistência prestada.

A posição do Conselho, ratificada através do CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), é de valorização das atividades de promoção à saúde, fortalecimento do papel regulador dos Estados e uma revisão mais ampla das tabelas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares. O CES também já se manifestou de forma contrária à proposta de desvinculação orçamentária formulada pelos governos estaduais. No final de julho, Pedruzzi assinou o manifesto entregue ao ministro da Saúde, Humberto Costa, contestando a posição dos governadores na reforma tributária. O Conselho Nacional sugere ainda propostas para melhorar a gestão da saúde, incluindo a elaboração de uma nova norma operacional, adequada às demandas de cada Estado e região do país.

Representando os usuários

Médico com mais de 30 anos de atividade, Ruy Pedruzzi atua há uma

década no Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí. Como representante dos usuários, foi empossado há seis meses na presidência do CES, com mandato até o janeiro de 2004. Pela primeira vez na história do Conselho do Paraná o presidente não é o Secretário Estadual de Saúde. Para que isso ocorresse, pela segunda vez no país (a primeira foi no RS), houve a iniciativa do atual secretário Cláudio Murilo Xavier. Reconhecido por autonomia e independência, o CES também tem na 1.ª vice-presidência outro médico, Renato Merolli, ex-presidente da AMP e atual vice da Fehospar. Ele representa os prestadores de serviços no Conselho.

Pedruzzi entende que o exemplo dado pelo Conselho Estadual possa influenciar, gradativamente, os Municipais, hoje ainda muito atrelados ao arbítrio dos seus gestores. Nesse processo, avalia, é indispensável que os médicos e demais profissionais de saúde cumpram as suas obrigações éticas de denunciar situações que possam comprometer a estrutura de serviços e a assistência à população. O presidente do Conselho não deixa de reconhecer que a maioria dos municípios vem sendo sacrificada, aplicando recursos até mesmo acima dos percentuais definidos por lei. No caso dos pequenos, diz, a cobertura é dada dentro das limitações.

Sensibilidade

Em sua visão de usuário, conselheiro e médico, Pedruzzi interpreta que o atual governo exibe disposição em dar maior atenção à saúde. Não por acaso, diz, as decisões do Conselho agora vem sendo homologadas com maior frequência. Entre as 18 resoluções aprovadas pelo CES este ano, somente uma deixou de ser respaldada, que é exatamente a que está associada aos investimentos orçamentários. Ruy Pedruzzi acredita que deve prevalecer o bom senso e que o governo estadual acabará filtrando as ações incorporadas ao montante de recursos da saúde para 2004, tal qual propõem os deputados Luciano Ducci e André Vargas.

O conselheiro reconhece a inviabilidade dos hospitais pequenos, com menos de 30 leitos, diante dos elevados custos, que incluem a manutenção de plantões e estrutura de serviços. Na sua opinião, é indispensável um socorro urgente aos hospitais, em especial os de referência e de ensino, como o HC e outros universitários. “Precisamos olhar com carinho para nossos hospitais. Não podemos perder mais nenhum leito no Paraná e, ao contrário, precisamos sim recompor o nosso patamar de necessidades de AIHs. É também uma questão social”, realça Pedruzzi.

Políticas de saúde

O médico destaca que algumas conquistas importantes vêm sendo contabilizadas, sob amparo do CES, em áreas como saúde mental, atendimento ambulatorial, parto humanizado e melhor remuneração do SUS para algumas especialidades médicas. Contudo, diz, uma das grandes preocupações atuais está associada à consolidação de uma política de saúde para o idoso, que forma um contingente em grande expansão. Pedruzzi avalia que começam a aparecer alguns projetos nesta área, mas que, ainda na atual gestão, o CES espera respaldar algum projeto a ser levado ao Legislativo.

Reconhecendo que muitos projetos importantes continuarão pendentes, por uma série de fatores, o presidente do CES diz que a 6.ª Conferência Estadual de Saúde, em outubro, será o fórum adequado para que toda a sociedade possa se envolver e ajudar a planejar as políticas de saúde. Lembra Ruy Pedruzzi que durante a Conferência, que deve reunir cerca de 1.200 participantes, será eleito o novo quadro de conselheiros. Como órgão deliberativo das políticas de saúde do Estado, o Conselho foi criado em 1994 e instalado no ano seguinte. A atual composição, a terceira desde a fundação, foi referendada na 4.ª Conferência Estadual.

Público x privado

Além de endossar a expansão do Siate e as parcerias que possam

melhorar as condições de hospitais, o presidente do Conselho Estadual de Saúde defende a ampliação do Programa Saúde da Família, para que dêem cobertura a pelo menos 50% da população. Ruy Pedruzzi também aplaude a decisão de reabertura do IPE, que deve ocorrer até dezembro com alguns retoques no plano. Porém, entende que os usuários formam uma clientela específica, que deve ser atendida em condições de igualdade e sob fonte de financiamento própria, sem prejuízo ao sistema público. Neste porém, ele não deixa de tecer uma crítica sobre a segregação imposta a usuários do convênio público. Cita que alguns prestadores privilegiam pacientes de operadoras e constroem os do SUS.

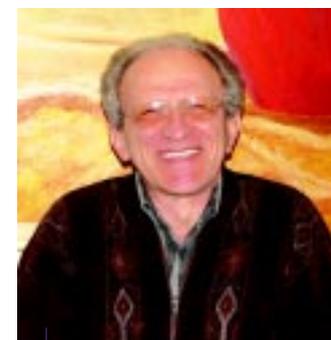
Embora defensor intransigente do conceito do SUS, Ruy Pedruzzi explica que o CES não é contra os convênios e o sistema privado de assistência. Para ele, deve haver complementação e parceria na constituição do SUS. Porém, condena a aproximação dos convênios somente quando há a necessidade de prestar serviços de alta complexidade e que direcionam os usuários para o SUS. Ele também é contrário ao chamado cartão-desconto, entendendo falta de ética àqueles que se sujeitam à sua prática.

Medicina e fiscalização

Ao enaltecer a atuação mais incisiva das entidades representativas da classe médica, Pedruzzi insiste que os colegas devem estar atentos às mobilizações em defesa de causas comuns e, também, na interface com as demais profissões. Neste aspecto, chama a atenção para o tema “ato médico”, em evidência pela tramitação de projeto no Legislativo Federal. Ele entende que o médico, pelo próprio conhecimento diversificado que a profissão lhe concerne, pode melhorar a sua contribuição à sociedade, inclusive ajudando a criar consciência de que o insucesso não deve ser confundido com erro médico.

Por estar muito próximo da Ouvidoria da Saúde, o Conselho tem acesso às queixas que se relacionam ao sistema assistencial. Contudo, insiste o presidente, por ser um

órgão consultivo e orientador, as questões fiscalizadoras e punitivas são levadas ao foro adequado, seja às instituições públicas ou aos Conselhos de Classe. Ainda conforme Pedruzzi, o CES conta com 20 comissões, todas atuantes e que analisam assuntos dos mais diversificados. Dentre elas está a CAOF (Comissão de Acompanhamento ao Orçamento Financeiro), que vem exercendo pressão política para melhorar análise do orçamento proposto para 2004.



Perfil

Natural do Rio Grande do Sul, Ruy Pedruzzi tem 60 anos. Graduiu-se em Medicina pela UFRP em 1969 (CRM 2577) e tem como especialidades ginecologia e obstetria. Também é geólogo, biólogo e professor aposentado do ensino médio. Como produtor rural, integra a Federação das Pequenas e Microempresas Agrícolas do Paraná, a qual representa no Conselho Estadual de Saúde, na condição de usuário do sistema público de saúde. Radicado desde 1971 em Paranavaí, no Noroeste paranaense, presidiu o Conselho Municipal de Saúde local por dois anos e meio.

Pedruzzi pode se declarar membro de uma “família de médicos”. Dos seis irmãos, quatro escolheram a medicina (os demais são engenheiro e professor), embora só ele tenha optado pelo interior (um está em São Paulo, outro no Rio e o terceiro em Vitória). Tem dois filhos e duas cunhadas médicas, assim como alguns primos que exercem a profissão no Rio Grande, onde ele próprio iniciou a carreira.

Entidades de saúde mobilizadas para assegurar mais recursos à assistência

Os Conselhos Federal e Regional de Medicina do Paraná alinharam-se a outras 13 instituições representativas de profissionais de saúde estaduais no manifesto “em defesa da saúde”, traduzido pelo projeto de Lei 106/2003, de autoria dos deputados Luciano Ducci e André Vargas e que tramita em regime de urgência na Assembléia Legislativa.

A proposta visa regulamentar no Paraná a Emenda Constitucional 29, legislando como deverá ser calculado o valor para aplicação no setor de saúde. De acordo com Luciano Ducci, que é médico e ex-secretário de Saúde de Curitiba, o objetivo do projeto é “estabelecer onde os recursos deverão ser aplicados e onde não poderão”.

Definindo os itens que podem ser considerados ações e serviços exclusivos de saúde, acredita o parlamentar médico que o setor garantirá um reforço substancial de mais de R\$ 300 milhões já no orçamento do próximo ano. Na proposta orçamen-

tária do governo estadual para o exercício de 2004, o percentual de 12% das receitas a ser aplicado em saúde foi respeitado. Porém, incluiu gastos como pagamento de inativos e saneamento básico que ameaçam cortar à metade os recursos previstos.

Moção de apoio

Na audiência pública realizada dia 25 de agosto, no Plenarinho da Assembléia, as instituições representativas do setor de saúde endossaram a moção de apoio para que o Legislativo agilize a aprovação do projeto apresentado em março e que até agora não foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça. O encontro foi organizado pela Comissão de Saúde e serviu para demonstrar que a Emenda da Saúde não vem sendo cumprida. O CRM-PR foi representado por seu presidente, Luiz Sallim Emed, enquanto o CFM pelo conselheiro Gerson Zafalon Martins.

Convidado a falar durante a audiência pública, o procurador de Justiça Marco Antônio Teixeira, com atuação na Promotoria de Defesa da Saúde, exibiu estatísticas que mostram que o Paraná deixou de aplicar em saúde cerca de R\$ 634 milhões no período de 2000, quando passou a vigor a EC 29, até o ano passado. A informação foi reforçada com a constatação de que, em função da limitação orçamentária, o Paraná havia sido classificado como o segundo pior Estado em investimentos na área da saúde, ficando atrás somente do Maranhão.

No primeiro ano, o governo estadual anterior deveria ter

investido 7% de suas receitas, mas levantamento do Ministério da Saúde mostra que o valor não passou de 2,4% em ações efetivamente de saúde. Em 2001, a aplicação deveria ter sido de 8,25%, mas novamente ficou menos da metade, fenômeno que se repetiu em 2002, com a constatação de gastos de somente 3,68% contra os 9,5% determinados. Em 2003, a perspectiva é de fechar o exercício com patamar inferior a 50% dos 10,75% definidos pela Emenda Constitucional.

Situação preocupante

O governador Roberto Requião, no final de julho, denunciou que a EC 29 não vinha sendo cumprida e que herdou uma previsão orçamentária para saúde, em 2003, de somente 3,87% das receitas do Estado. Com isso, estimou, a soma que deixou de ser investida em saúde chegou a R\$ 1,08 bilhão em quatro anos. Requião, reconhece a classe médica, conseguiu ampliar para 6% o orçamento deste ano. Mas, ao projetar a estimativa de 12% para 2004, que deveria ser aplicada para melhorar a qualidade da assistência pública, incluiu gastos em saneamento básico e outras atividades na saúde que não ampliam o acesso ao atendimento. “Estamos certos que o governador eleito com o compromisso social vai corrigir esta distorção”, avalia Luiz Sallim Emed, presidente do CRM-PR.

Ao participar do XIX Congresso de Secretários Municipais de Saúde, dia 27 de agosto, em Foz do Iguaçu, Luciano Ducci conclamou os 399 gestores muni-



Deputado Luciano Ducci e o conselheiro Gerson Zafalon Martins, do CFM e CRM-PR.

cipais para se engajarem na mobilização voltada a aprovação do projeto de sua autoria e de André Vargas. Ducci quer sensibilizar ainda os parlamentares da situação e o próprio governador quanto a necessidade de suplementar o orçamento de 2004 e, também, dar a devida atenção à saúde nas discussões do Plano Plurianual, neste final de ano.

A rede prestadora de serviços ao SUS já vinha chamando a atenção, em audiências públicas, sobre a precariedade do setor e o grau de endividamento das empresas, em decorrência da falta de investimentos. Em depoimento no Plenarinho, no final de

maio, o médico José Francisco Schiavon, presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fehospar), destacou que os oito anos sem reajustes na tabela do SUS conduziram o setor à beira da insolvência e que pequenos hospitais, sobretudo do interior, estavam desaparecendo e deixando a população desassistida.

Luciano Ducci, na ocasião, ressaltou a necessidade de que as três esferas de governo cumpram o seu papel constitucional no financiamento à saúde, ajudando a melhorar a remuneração, as condições de acesso aos serviços e a qualidade.

Entidades que assinaram o manifesto

Conselho Federal de Medicina
Conselho Reg. de Medicina do Paraná
Conselho Regional de Psicologia
Conselho Regional de Enfermagem
Conselho Regional de Serviço Social
Conselho Regional de Nutricionistas
Conselho Regional de Farmácia
Conselho Regional de Fonoaudiologia
Conselho Reg. de Medicina Veterinária
Conselho Reg. de Biologia/3.ª Região
Conselho Regional de Odontologia
Conselho Reg. de Fisioterapia
Abem-PR
Sindicato dos Odontologistas do PR
Associação Bras. de Odontologia do PR

Fluxo de recursos à saúde

Ao lado da Educação, a Saúde foi um dos setores que mais sofreram no processo de sucateamento dos serviços públicos que afligem o país desde a década de 80, reflexo principalmente do ônus da dívida com a comunidade financeira internacional. O Governo Lula defronta-se agora com uma sucessão de acontecimentos que colocam sob risco toda a estruturação da saúde: Inca, Fundação Nacional de Saúde, Anvisa, Catene, Hospital Emílio Ribas, loteamento de cargos públicos e até a ameaça de demissão do ministro. Os problemas localizados são muitos, mas o principal impasse está no âmbito da reforma tributária, que propõe a desvinculação orçamentária e ameaçam o cumprimento da EC 29. O grande temor entre a classe médica, a exemplo da Frente Parlamentar da Saúde e das demais instituições representativas dos prestadores de serviços de saúde, é de que seja interrompido o fluxo de recursos ao setor.

Mérito Ético e Medalha de Lucas em destaque no OutubroMed

Pelo segundo ano consecutivo, as entidades representativas da classe médica paranaense vão promover o *OutubroMed*, que prevê uma série de atividades sociais, científicas e culturais a serem desenvolvidas em Curitiba e outras cidades paranaenses. Além do CRM, AMP, Simepar, sociedades de especialidades e a Unimed Curitiba, a iniciativa vai envolver este ano também a Academia Paranaense de Medicina, que festeja o seu 25.º aniversário.

O programa, que ainda passa por ajustes, terá como um dos principais destaques as comemorações do Dia do Médico, em 18 de outubro, quando o Conselho Regional de Medicina entrega a Medalha de Lucas – Tributo ao Mérito Ético, confere o Diploma de Mérito Ético-Profissional aos médicos com 50 anos de atividades e também anuncia os vencedores do Prêmio de Monografia Ética.

A programação do *OutubroMed* será inaugurada já no dia 1.º de outubro. A solenidade oficial vai ocorrer na sede da AMP com a palestra do Prof. Dr. Protásio Lemos da Luz, graduado no Paraná e que hoje atua em São Paulo. A abertura será precedida da posse dos 42 conselheiros efetivos e suplentes eleitos em 20 de agosto, para a gestão 2003/2008, que vai ocorrer no auditório da nova sede do CRM, no bairro Vista Alegre, coincidindo com a realização da sessão plenária que marca a eleição da nova Diretoria para os primeiros 20 meses da gestão. Serão indicados o presidente, o vice, o 1.º e o 2.º secretários e o tesoureiro, investidos nas funções de forma

imediate.

Instituído em 1986 para reverenciar os médicos que exerceram a Medicina por 50 anos sem qualquer infração ética, o Diploma de Mérito Ético terá uma novidade este ano: a homenagem conjunta aos formandos de 1952 e 1953 pelo Jubileu de Ouro. O primeiro grupo, pelos 50 anos de atividades. O segundo, por completarem 50 anos de formatura. A mudança implementada este ano visa oferecer a partir de agora o Diploma de Mérito Ético à turma que está completando meio século de graduação. Além de propiciar a honraria a um maior número de médicos, a medida evita que haja a espera de 10 meses ainda depois do Jubileu, já que a cerimônia sempre continuará associada aos festejos do Dia do Médico, em outubro.

O Diploma de Mérito Ético, que ao lado da Medalha de Lucas é a maior honraria concedida pelo Conselho de Medicina do Paraná, já alcançou quase 300 médicos nesses 17 anos. Em 2003, por ser dois grupos, em sua maioria formandos da Universidade Federal do Paraná, serão mais de 50 os homenageados, praticamente o dobro do número do ano passado. O CRM está concluindo o levantamento dos profissionais habilitados a receber o Diploma. O Conselho também agendou para setembro, em meio a realização do Encontro dos Conselheiros, Delegados e Funcionários, a análise dos nomes dos candidatos à Medalha de Lucas deste ano.

Criado na década passada para destacar médicos de reco-

nhecido trabalho em prol de causas sociais e humanitárias, o Tributo ao Mérito Ético teve até hoje quatro homenageados. O primeiro a receber a Medalha de Lucas foi o Dr. Hélio Brandão, fundador do chamado Clube da Soda, que atendia crianças vitimadas pela ingestão do produto químico. O padre e médico curitibano José Raul Matte recebeu a comenda por sua atuação em defesa dos ribeirinhos da Amazônia. Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral da Criança, foi homenageada em 2000. No ano passado, a Medalha de Lucas coube ao urologista Júlio Raphael Gomel, fundador do Lar Bom Caminho, que assiste crianças órfãs em Curitiba.

Monografia Ética

A 14.ª edição do Prêmio de Monografia Ética do CRM-PR, este ano, teve como tema central “O médico na moderna sociedade do Século XXI”. Seis trabalhos foram habilitados para concorrer ao certame e estão sendo analisados pela comissão julgadora, que é formada por Iseu de Santo Elias Affonso da Costa, João Gualberto de Sá Scheffer e Valdir de Paula Furtado, integrantes da Academia Paranaense de Medicina. O resultado deverá ser divulgado às vésperas da solenidade do Dia do Médico.

O autor da monografia selecionada em primeiro lugar receberá premiação de R\$ 2 mil em dinheiro, certificado e terá o trabalho publicado na Revista Arquivos, tradicional publicação do CRM que já completou 20 anos de circulação ininterrupta. O segundo colocado receberá R\$ 1 mil. A obra também será editada na Revista Arquivos.

Diplomação de casal

Os médicos Enny Luiz Fachin e Olga Fachin terão uma comemoração tríplice este ano, no período festivo do Dia do Médico. Além de completar Bodas de Ouro, o casal também será homenageado pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná, com a entrega do Diploma de Mérito Ético-Profissional pelos 50 anos de atividade de forma exemplar. Esta será a primeira vez em 18 anos de diplomação que um casal médico recebe a comenda e na mesma oportunidade. A Dra. Olga formou-se em 1952 pela Federal, enquanto o marido graduou-se no ano seguinte no Rio Grande do Sul. Eles estão radicados em Ponta Grossa, em plena atividade. Uma das duas filhas do casal é médica ginecologista e casada com pediatra.



Diplomação de 2002, na AMP.

Programação provisória do OutubroMed

• 1.º de Outubro

Palestra do Dr. Protásio Lemos da Luz, na AMP. Ele é médico cardiologista, pesquisador, professor associado da Faculdade de Medicina da USP, Diretor da Unidade de Aterosclerose do Instituto do Coração (Incor), membro titular da Academia Brasileira de Ciências e autor dos livros *Nem só de Ciência se faz a cura* e *Endotélio & Doenças Cardiovasculares*.

• 2, 3 e 4

Congresso Smap, lançamento do livro *História da Unimed Londrina* e Festa das 4 Medicinas

• 11

Unimédicas

• 12

Caminhada Dia Saudável

• 17

Comemorações dos 25 anos da Academia Paranaense de Medicina, na sede da AMP. Apresentação de Bandas Médicas e palestrante convidado o Dr. Adib Jatene.

• 18

Solenidades do Dia do Médico na sede do CRM

• 20 a 25

Congresso Liga Acadêmica do Trauma/UFPR

• 22

Videoconferência e júri simulado no auditório do CRM

• 25

Reunião do Conselho Federativo Unimeds Paraná

• 30 e 31

CONAI, Foz do Iguaçu

Homenagem dirigida a formandos de 1952 e 53

A turma de 1953 da UFPR, que será homenageada pelo Conselho de Medicina, também está organizando atividades paralelas para festejar, em Curitiba, os 50 anos de formatura. A organização está a cargo do Dr. Diether Garbers, que pode ser contatado pelo fone (0xx41) 222-2861. A programação vai de 16 a 19 de outubro, tendo entre as atividades programadas a cerimônia do Dia do Médico no CRM, passeio turístico pela cidade, missa na Basílica e visita ao reitor da Universidade Federal.

Dos 125 formandos da turma "Prof. Atlândido Borba Cortes", hoje são 68 remanescentes, divididos entre São Paulo e o

Paraná. O Dr. Diether recorda que até os 35 anos de formatura, as comemorações eram a cada cinco anos. Depois, passou a ser anualmente, sempre em outubro. No ano passado a comemoração ocorreu em Florianópolis. Este ano, Curitiba foi escolhida face ao Jubileu de Ouro e pela homenagem do CRM, que será direcionada aos que exerceram a profissão no Estado, mas com uma referência especial aos que residem fora mas iniciaram a atividade no Paraná.

Da turma de 1953, há vários médicos em franca atividade. Dentre eles, o próprio Dr. Diether e João Gualberto de Sá Scheffer, mobilizados para o encontro de

confraternização. A relação completa dos homenageados será divulgada na próxima edição do *journal do CRM*, incluindo os nomes dos componentes da turma "Prof. Lysandro da Silva", de 1952. Neste grupo destacam-se os Drs. Dante Romanó Júnior, Carlos Henrique Jorge Jacobe Olga Fachin, que no ano passado, nos festejos de 50 anos de formatura, realizaram encontros em Foz do Iguaçu e Curitiba. A Dra. Olga, que continua ativa na profissão em Ponta Grossa, terá uma comemoração tríplice este ano. Além de receber o Diploma de Mérito Ético, estará comemorando Bodas de Ouro e também os 50 anos de formatura do marido.

Associação Comercial no CRM-PR

O Conselho Regional de Medicina do Paraná vem estreitando sua relação com a sociedade, através de instituições representativas, promovendo reuniões-almoço em sua sede, em Curitiba. Além de apresentar a Casa do Médico e os projetos desenvolvidos com alcance social, científico e cultural, os encontros têm possibilitado intercâmbio de informações e idéias, sobretudo para consolidação de parcerias ou convênios.

No dia 5 de agosto, os conselheiros do CRM receberam cerca de duas dezenas de representantes da Associação Comercial do Paraná. Na oportunidade, o presidente da ACP, Mario Domakoski, enalteceu as propostas do Conselho e a sua singularidade com ações desenvolvidas pelo empresário. Domakoski citou algu-

mas parcerias, em especial de atenção a instituições hospitalares, como o Hospital Erasto Gaertner e Hospital do Trabalhador. A reunião possibilitou a criação de uma pauta de projetos a serem analisados e que objetivam ações em prol da saúde e da sociedade de modo geral. O CRM já promoveu encontros com

representantes da OAB e Ministério Público, instituições com as quais mantém termos de cooperação, e vem agendando outras edições visando dar maior amplitude à proposta de integração. Vereadores de Curitiba, jornalistas e magistrados integram a relação de futuros convidados.

Donizetti Filho, Sallim Emed, Marcos Domakoski e Julius Ladeira, no encontro na sede do CRM. Abaixo, conselheiros e representantes da Associação Comercial do Paraná.



Entrega de carteiras

Médicos recém-formados pela Universidade Federal do Paraná compareceram à solenidade formal de entregas de carteiras, na noite de 2 de setembro. Pela primeira vez, o ato foi realizado no auditório da nova sede do Conselho Regional de Medicina do Paraná e contou com a presença dos pais e familiares dos 81 novos médicos. O presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed, falou sobre as responsabilidades e adversidades que o exercício da medicina impõem nos dias de hoje aos jovens profissionais. Ao final do breve discurso, o presidente sugeriu aos pais que estavam presentes para efetuar a entrega de carteiras aos seus filhos, o que deu ainda mais emoção à cerimônia ética. O conselheiro Hélcio Bertolozzi Soares esteve presente para entregar o documento à filha Maria Angélica S. Soares. Outro conselheiro que teve idêntica alegria foi o Dr. Kemel Jorge Chammas, de Maringá. O filho Jorge Chammas é um dos novos médicos registrados no CRM.



O presidente do CRM (acima) conduziu a solenidade de entrega de carteira aos 81 novos médicos. Foi a primeira na nova sede.

Novas sedes de Delegacias



Conselheiros do CRM e do CFM visitaram, no final de julho, o local da futura sede da Delegacia Regional de Cascavel. O presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade (ao centro), elogiou a funcionalidade da obra. Em Londrina, também está sendo ultimado o projeto de compra do local que vai abrigar a Delegacia Regional. O CRM avança rapidamente para consolidar a proposta de disponibilizar sedes próprias em todas as regiões, em especial as que contam com escolas médicas, ampliando o potencial de serviços e atividades ético-científicas.

ARQUIVO

O GEMINADA

Especialidades médicas

O médico só pode fazer divulgação e/ou anúncio de até duas especialidades ou áreas de atuação. Aos profissionais é vedado divulgar ou anunciar especialidades ou áreas de atuação que não tenham reconhecimento da Comissão Mista de Especialidade. A Resolução CFM n.º 1.666/2003 traz as 52 especialidades médicas e 53 áreas de atuação reconhecidas, alterando o disposto no Anexo II da Resolução Nº 1.634, que reconhecia 48 especialidades e 81 áreas de atuação. Confira a relação no site do CRM.

Seguro de responsabilidade

As entidades médicas nacionais posicionaram-se de forma contrária à contratação do seguro de responsabilidade civil dos médicos, razão pela qual vêm procurando os profissionais. Na próxima edição do *Jornal do CRM* aborda o assunto. Saiba mais sobre a posição das instituições acessando o site do CRM-PR.

Assistência em Foz

Acordo firmado entre a Prefeitura de Foz do Iguaçu e a direção do Hospital Santa Casa Monsenhor Guilherme possibilita

o adiantamento da subvenção relativa a dezembro, num montante de R\$ 391 mil. A iniciativa ameniza a crise vivenciada pelo hospital, que estava com o pagamento de médicos em atraso. A Delegacia Regional do CRM-PR em Foz promoveu reunião com diretores do hospital e membros do corpo clínico, contribuindo para o bom encaminhamento das propostas e a boa solução para as dificuldades enfrentadas e, principalmente, para uma melhor harmonia entre as partes.

Anuidade para todos

De acordo com parecer da Assessoria Jurídica do CFM, a anuidade deve ser cobrada no mesmo valor para todos os médicos inscritos nos Conselhos de Medicina, independente da idade. Para o Supremo Tribunal Federal, a anuidade é tratada como tributo. Sendo assim, o ato de cancelar a isenção é privativo de Lei. O Regimento Interno do CFM, que garantia que médicos com mais de 70 anos não pagassem anuidade, foi editado na vigência da Lei 9.649/98, que transformava os Conselhos de Fiscalização em entidades privadas e a anuidade era tratada como uma espécie de

contribuição. No entanto, essa Lei foi julgada inconstitucional pela Adin 1717. Logo, a anuidade voltou a ser tributo e a isenção prevista no Regimento Interno do CFM apresenta-se incorreta.

Saúde da mulher

Ao participar do 8.º Congresso Paranaense de Ginecologia e Obstetrícia, realizado de 21 a 23 de agosto em Londrina, o presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed, anunciou que a partir de agora, o Conselho, em parceria com a Sogipa, deve estabelecer encontros com a Comunidade para esclarecimentos sobre a prevenção de doenças da mulher e outros assuntos de interesse na saúde e na qualidade de vida. "É a integração e aproximação com a sociedade", referiu-se Sallim Emed, tendo ao lado os presidentes da Sogipa, Dênis José Nascimento, e da Federação Brasileira, Eduardo Bacarat, e ainda do coordenador do Congresso, José Luís de Oliveira Camargo. Temas de relevância foram debatidos no encontro, que foi dos mais concorridos.

Fidelidade associativa

Foi mantida a liminar que obriga a Unimed RS Litoral Sul a deixar de exigir fidelidade associativa dos médicos que compõem seu quadro social. A cooperativa também está impedida de oferecer vantagens ou benefícios para aqueles que se desligarem de outras prestadoras de serviços de saúde, como forma de estimular o ingresso unicamente na entidade. A ação que resultou na liminar foi ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), alegando que os médicos associados ficam restritos ao atendimento exclusivo pela instituição.

Sociedade de Pediatria

Na página 6 da edição n.º 58 do *Jornal CRM-PR* registramos o lançamento do livro *História da Pediatria*. Assinalamos na legenda os autores da obra e diretores da Sociedade Paranaense de Pediatria. Na foto, além do atual presidente da entidade, Dra. Eliane Mara Cassário Pereira Maluf, aparecem os ex-presidentes Drs. Nelson Augusto Rosário Filho, Wilmar Mendonça Guimarães, João Gilberto S. Mira, Donizetti

Dimer Gianberardino Filho, Luiz Fernando Beltrão e Diether Henning Garbers, os dois últimos autores da obra.

Dicionário de Medicina

Foi lançada em julho último, pela editora Guanabara Koogan (www.editoraguanabara.com.br), a segunda edição do Dicionário de Termos Técnicos de Medicina e Saúde, organizado pelo médico e pesquisador Luís Rey. O livro tem 1.008 páginas e traz 20 mil verbetes, 2.600 a mais que na primeira edição. Outras novidades incluem ilustrações em preto e branco e um caderno inicial em cores, sobre anatomia. O dicionário, que custa R\$ 199,00, contém dados atualizados, novos conteúdos e é destinado a médicos e profissionais da área de saúde em geral.

Projeto Diretrizes

A 5.ª Reunião de Trabalho do Projeto Diretrizes AMB/CFM foi realizada em São Paulo, nos dias 22 e 23 de agosto. O encontro ocorreu na sede da Associação e teve a coordenação de Wanderley Marques Bernardi e Moacyr Roberto Cuce Nobre, com participação de 12 representantes das Sociedades de Especialidade. O tema em destaque foi "Diretrizes baseadas em evidências para a prática médica centrada no paciente". O Projeto Diretrizes tem por objetivo implementar a qualidade da prática médica, apoiada nas diretrizes de procedimentos clínicos e cirúrgicos, associando a experiência do médico à melhor evidência científica disponível.

Posse na Fehospar

A Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Paraná (Fehospar) conta com nova diretoria para o triênio 2003/2006. A posse ocorreu no dia 29 de agosto, em Curitiba. O médico José Francisco Schiavon foi reconduzido à presidência. Na vice-presidência ainda estão os também médicos Renato Merolli, Antonio Carlos do Nascimento, Luiz Carlos Cortez Derenusson e Aparecida Leny Di Cicco Souza. Entre os diretores e suplentes estão outros 25 médicos, incluindo o atual presidente do CRM, Luiz Sallim Emed. Tal qual a área médica, o grupo de

trabalho da Fehospar tem como grande desafio a busca por remuneração adequada junto aos convênios públicos e privados.

Medicina enlutada

O CRM-PR registra, com pesar, o falecimento dos médicos Gustavo Keil, Tereyoshi Saizaki, Aramis Domingos Cavichiolo, Carlos Eduardo Maia, Fúlvio Dutra Polengui, Dirceu Rodrigues Dalledone, José Rodrigues Castro Ferreira e Francisco José Tramuja de Azevedo, com registro nos meses de julho, agosto e começo de setembro. Formado em 1941 pela UFPR e especialista em pneumologia, o Dr. Dirceu Dalledone (CRM 195) faleceu em 3 de setembro. Em 1994 ele tinha recebido o Diploma de Mérito Ético pelos 50 anos dedicados à profissão. O Dr. Fúlvio Polengui (CRM 592) faleceu no dia 29 de agosto. Formado em 1947 pela UFPR, era especialista em ginecologia e obstetrícia. Morador em Curitiba, também tinha sido diplomado pelo CRM pelo Jubileu de Ouro, a exemplo do Dr. Carlos Eduardo Maia (CRM 823), que faleceu no dia 10 de agosto. O Dr. Maia tinha se formado em 1949 pela UFPR e recebeu o Diploma de Mérito em 2000. A medicina paranaense também perdeu no dia 3 de setembro o Dr. José Rodrigues Castro Ferreira (CRM 692), formado pela UFPR em 1958. Ele tinha 69 anos e era general médico. Tramuja de Azevedo (CRM 3857) tinha 56 anos e faleceu no começo de setembro. Formado pela Faculdade Evangélica de Curitiba, em 1974, atuava nas especialidades de anestesiologia e medicina do trabalho.

Concurso de residência

O Hospital e Maternidade Santa Brígida, de Curitiba, abriu inscrições para concurso de residência médica em obstetrícia e ginecologia. São duas vagas. As inscrições vão de 20 de outubro a 2 de dezembro e o concurso será realizado em 9 de dezembro. O curso vai de 1.º de fevereiro de 2004 a 31 de janeiro de 2006. Informações pelo fone (0xx41) 342-2200, com o Dr. Amauri, coordenador da Coreme do Hospital.

A complexa questão das UTI's

O Ministro Humberto Costa, da Saúde, assinou em 19 de agosto, em Curitiba, protocolo para credenciamento de 208 novos leitos de UTIs, em 17 hospitais do Estado. A cerimônia no Palácio Iguaçu foi conduzida pelo vice-governador Orlando Pessutti (foto). A capital foi contemplada com 86 leitos, com o que passa a contar com 150 para adultos, 58 para recém-nascidos, 36 pediátricas e 73 de acompanhamento intensivo. Entre as principais cidades, Londrina deve ganhar 17 leitos, Maringá mais 14 e P. Grossa outros 10. O acordo com o governo estadual prevê a ativação de mais 127 leitos até março de 2004 em todo o PR, que apresenta déficit de 172. Apesar dos esforços, a perspectiva é de que a maioria dos leitos credenciados somente comecem a receber pacientes na segunda quinzena de setembro.



O CRM-PR cumprimentou os governos federal e estadual pelo esforço empreendido, mas chamou a atenção de que não basta a abertura de novos leitos, mas é preciso, de forma urgente, oferecer treinamento para os profissionais da área de saúde para o atendimento dos pacientes em terapia intensiva. Outra preocupação é quanto ao fluxo contínuo de recursos. "Os gestores são responsáveis na organização do sistema de saúde e a sociedade deve contribuir e exigir que o acesso seja mais fácil e que os pacientes não se vejam privados do direito do tratamento em UTI". A análise é do presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed, para quem o médico não pode ficar refém de resoluções restritivas à autonomia de sua profissão. É completa: "O médico não pode sofrer qualquer patrulhamento ou interferência no seu trabalho".

Jornadas de Bioética estimulam debate de temas do cotidiano

A Câmara Técnica de Bioética do CRM-PR reuniu-se em 1.º de setembro, na sede do Conselho em Curitiba, definindo suas metas para o segundo semestre de 2003, incluindo a calendário das Jornadas de Bioética. As novas edições serão levadas a médicos de seis cidades paranaenses, somente no mês de outubro, tendo como novidade a inclusão de assuntos do cotidiano e de interesse médico. O objetivo é tornar mais ampla a participação da comunidade médica, analisando aspectos característicos das regiões.

No dia 3, Cianorte vai receber a 15.ª Jornada, enquanto Umuarama terá a seguinte já no dia 4. Em ambas cidades, as palestras terão como temas "Fundamentos de Bioética", proferida pelo conselheiro

Carlos Ehlke Braga Filho, e "Ato Médico", apresentada pelo também conselheiro Gerson Zafalon Martins.

No dia 16, a 17.ª Jornada de Bioética vai ocorrer em Campo Mourão, com o Prof. Mário Sanches falando sobre "Metodologia de tomadas de decisões em Bioética"; e o conselheiro Carlos Ehlke Braga Filho abordando "Relação médico-paciente". Francisco Beltrão e Pato Branco, no Sudoeste, terão suas jornadas nos dias 24 e 25. As palestras versarão sobre "Como se dar más notícias", a cargo da conselheira Célia Inês Burgardt, e "Ato Médico" por Gerson Zafalon Martins.

Cascavel e Toledo, respectivamente, serão as cidades-sedes das jornadas dos dias 24 e 25. O

conselheiro José Eduardo Siqueira, presidente da Câmara Técnica e Presidente da Regional da Sociedade de Bioética, vai abordar o tema "Questões éticas relacionadas ao início da vida", enquanto o também conselheiro Luiz Sallim Emed discorre sobre "Ato Médico".

A Câmara Técnica, através de seus integrantes, optou em destinar verba doada pelo CFM para conceder seis bolsas de iniciação científica em Bioética para alunos de Escolas de Medicina do Estado que fizerem trabalhos sobre o tema. Outra novidade é que em 2004 será realizado o 1.º Congresso Paranaense de Bioética, coordenado pela Regional Paranaense da Sociedade Brasileira de Bioética, juntamente com a Câmara de Bioética do CRM-PR.

Revisionais de aposentadoria do INSS

A Assessoria Jurídica do CRM-PR continua à disposição dos médicos aposentados para promover ações revisionais, visando reajustar os benefícios defasados pelos aumentos concedidos a menor, no período de 1996 a 2002. Cumulativamente, serão pleiteados os pagamentos dos valores devidos em consequência das defasagens, acrescidos de juros e correção monetária.

O conselho promoverá

também, em favor de seus filiados, as correções devidas pelos expurgos dos planos econômicos, relativos ao período de 1989 a 1990, das cadernetas de poupança e FGTS.

Do mesmo modo, o Conselho oferece a todos os médicos inscritos consultorias jurídicas sobre qualquer ramo do direito, sem ônus para os consulentes. O médico que tenha dúvidas sobre assuntos de seu interesse, de ordem jurídica, de caráter particular ou de seus familiares, poderá agendar consulta para

receber orientação sobre os caminhos que poderá tomar, as prerrogativas que possui frente à lei e os problemas que eventualmente esteja enfrentando. A consulta é de caráter estritamente informativo e esclarecedor, sem qualquer ônus ou vínculo profissional futuro. O agendamento de consultas pode ser feito pelo telefone (0xx41) 240-4060, no horário da manhã, ou por e-mail (juridico@crmpr.org.br).

Alterações na contribuição

O INSS alterou os mecanismos de contribuição e partir de abril deste ano. As empresas, sejam elas hospitais ou operadoras, são obrigadas a descontar o imposto da remuneração mensal do empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual a seu serviço. A alíquota de contribuição é 11% no caso das empresas em geral e de 20% quando se tratar de entidade beneficente isenta da contribuição patronal. Para as cooperativas, o cálculo é diferenciado para planos empresariais (11%) e planos familiares (20%). Deve ser observado o limite máximo do salário-contribuição (R\$ 1.869,34 a partir de junho). O Conselho Regional de Medicina do Paraná encomendou um estudo sobre as alterações no procedimento de arrecadação de contribuição. O trabalho, realizado pelos auditores fiscais da Previdência Social, Laureci Lúcia Stormovski e Luiz Valmor Milani, está à disposição dos médicos no site do Conselho (www.crmpr.org.br). Nesta edição conjunta, o Jamp, jornal da Associação Médica do Paraná também oferece matéria completa sobre o assunto.

Videoconferências

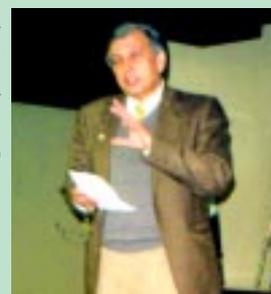
Médicos e acadêmicos de São Paulo, Curitiba e Maringá participaram no dia 3 de setembro de mais uma discussão anátomo-clínica por videoconferência. Transmitida para o auditório da Santa Casa de Misericórdia, em Curitiba, e para a Regional do Conselho em Maringá, a Telepatologia reuniu um grande público. Os próximos eventos de tele-educação, que fazem parte de convênio celebrado entre o CRM e a Faculdade de Medicina da USP, serão realizados nos dias 17 de setembro e 8 e 22 de outubro. No dia 26 de setembro, o auditório do CRM-PR será utilizado pela Sociedade Paranaense de Anestesiologia para transmissão de palestras por videoconferência sobre Clínica Médica. No dia 24 de outubro, haverá novo evento sobre Anestesiologia.

Cursos para profissionais na área da saúde

As Faculdades Martinus/Bless Consulting estão promovendo os seguintes cursos para profissionais que atuam na área da saúde: *MBA em Administração, Gerenciamento e Marketing para Médicos*, com carga horária de 400 horas, em aulas quinzenais aos sábados, das 8 às 17h30; *Gestão de Clínicas e Centros de Saúde*, para profissionais com curso superior que atuam na área de saúde, com 360 horas/aulas, aos sábados, das 8 às 17h30; e *MBA em Gestão de Serviços Hospitalares*, em cumprimento à Portaria MS n.º 2.225, de dezembro de 2002, com 360 horas/aula, aos sábados, das 8 às 17h30. Informações pelo fone (0xx41) 232-2814 ou por e-mail (bless@milenio.com.br).

Cirurgia Plástica

O médico e professor de Cirurgia Plástica da Santa Casa do Rio de Janeiro, Sérgio Carrão (foto), proferiu palestra sobre "Retrospectiva de 30 anos com a Técnica de Pitanguy". O evento ocorreu no dia 15 de agosto, no auditório da sede do CRM-PR, e foi promovido pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Após a palestra do Dr. Carrão, o conselheiro Hércio Bertolozzi Soares apresentou aos participantes a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHEM).



Ginecologia e Obstetrícia

Dia 29 de agosto, a Sociedade Paranaense de Anestesiologia realizou mais um debate no auditório do CRM-PR, abordando temas da área de ginecologia e obstetrícia. O evento, transmitido por videoconferência, ocorreu às 20h e contou a participação de cerca de 30 pessoas em Curitiba e mais 28 de Londrina e Maringá. Entre os principais assuntos em destaque, o tema "Manejo da Paciente com Doença Hipertensa da Gravidez" foi amplamente explorado pelo médico Carlos Othon Bastos, de São Paulo. O médico curitibano, Mateus Felipe Salvaggi, finalizou o encontro científico enfatizando o tema "Analgesia de Parto".

Mortalidade materna no Paraná

Raquel Rotta Burkiewicz(*)

O Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher foi instituído em 28 de maio de 1984, na Holanda, durante o IV Encontro Internacional Mulher e Saúde, marcado por denúncias, proposições, cobranças e sensibilização. Quatro anos depois era iniciada a Campanha Mundial de Combate a Morbimortalidade Materna, coordenada pela Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos e pela Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe. Com o intuito de denunciar as altas taxas de Morbidade e Mortalidade Materna, especialmente nos países menos desenvolvidos, a Campanha abriu caminhos e passou a exigir dos governos políticas e legislação adequadas para enfrentar a realidade. Além disso, elaborou propostas e instâncias de interlocução com setores profissionais, acadêmicos e trabalhadores dos serviços de saúde.

No Paraná, o Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade foi instituído em 1993 e as atividades passaram a ser desenvolvidas pelos Comitês de Prevenção de Mortalidade Materna do Paraná, em 1994. As campanhas de ação neste período foram: "Necessidade da assistência de pré-natal com mais qualidades" (1994/95); "Incentivo ao parto normal e necessidade da redução de cesárias", (96/1997); "Incentivo ao parto humanizado", (98/1999); "Prevenção da gravidez precoce e indesejada na adolescência" (2000/2001); "Atenção à saúde sexual e reprodutiva na prevenção da gestação de alto risco" (2002/2003).

O tema "Atenção à saúde sexual e reprodutiva" inclui a garantia de acesso a métodos seguros de regulação da fecundidade, acesso a serviços para assistência à gravidez, parto e pós-parto seguros e atenção imediata de qualidade ao recém-nascido e acesso a serviços que atendam às doenças sexualmente transmissíveis, prevenção do câncer de mama e de colo uterino. A qualidade de assistência nestes aspectos promovem a saúde reprodutiva, reduzindo os riscos em casos de gestações de alto risco e, conseqüentemente, a mortalidade materna.

Os 22 Comitês Regionais de Prevenção da Mortalidade Materna desenvolvem atividades relacionadas a este tema durante os meses de maio e junho, envolvendo profissionais de saúde e comunidade. Desde que foram implantados, em 1989, os comitês vêm atuando para identificar a magnitude da mortalidade materna, suas causas e fatores determinantes (vigilância dos óbitos maternos); avaliar a assistência prestada e propor medidas de intervenção que previnam novas mortes. O Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna (CEPMM) é constituído por representantes da Secretaria Estadual de Saúde, universidades, associações e conselhos de classe profissionais, movimento de mulheres, sendo multiprofissional tendo caráter ético e educativo.

O CEPMM trabalha com algumas dificuldades em relação à coleta de dados, como é o caso da subnotificação - problema decorrente do preenchimento incompleto da declaração de óbito, ou do fato de não relatar no DO que a mulher encontrava-se em gestação ou puerpério. Os médicos devem se conscientizar da importância do preenchimento completo e correto de todos os dados na declaração de óbito.

Todos os campos devem ser preenchidos, de acordo com a portaria do Ministério da Saúde (portaria 653/03), editada em 25 de maio, que obriga a efetivação da notificação de morte materna da mesma maneira como são notificadas outras doenças.

No Paraná, a subnotificação é compensada com a revisão de todos os óbitos de mulheres em idade fértil e a busca ativa de cada óbito materno, o que não ocorre na grande maioria dos estados brasileiros. Isto torna a razão da mortalidade materna mais confiável. Os números do Paraná são mais corretos que de outros estados e, por conta disto, a mortalidade materna paranaense, muitas vezes, é registrada com índices mais elevados.

Este árduo trabalho do Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna tem colocado o Paraná como exemplo para todo o Brasil, sendo o estado que mais evoluiu acerca do estudo e prevenção de morte materna. A fidedignidade dos dados é respei-

tada nacionalmente e para continuar progredindo necessitamos que todos os médicos que atendem gestantes tenham especial atenção à notificação.

Mortalidade Materna no PR

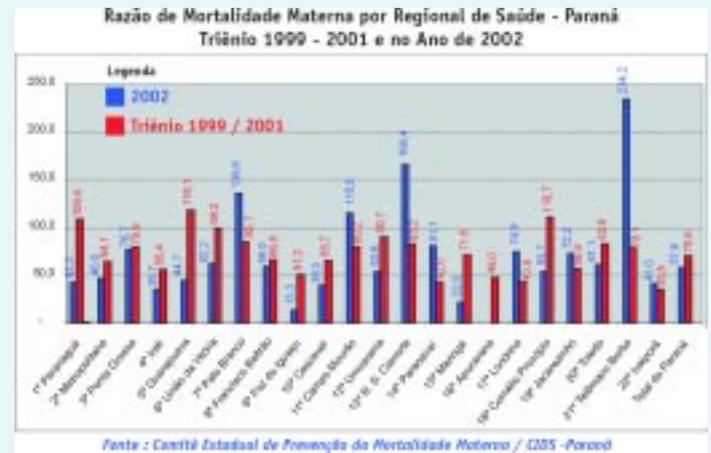
Em 2002, ocorreram 94 óbitos no Estado (dados preliminares), cerca de 57 óbitos maternos para cada 100 000 nascidos vivos. Considerando ainda um coeficiente alto, os números representam um risco quase seis vezes maior de uma mulher ter complicação, ou mesmo de vir a morrer, em comparação a uma região mais desenvolvida e com melhor assistência. Nos países desenvolvidos a razão de mortalidade materna é inferior a 10 por 100 000 NV.

Os óbitos maternos não declarados nos atestados médicos de óbitos e identificados pelos comitês por meio de prontuário e entrevistas domiciliares corresponderam a 42,5% dos óbitos maternos em 2002. Esse dado revela que os médicos ainda omitem ou não declaram o óbito materno corretamente.

Embora exista uma tendência à redução da mortalidade materna no Paraná - em relação ao ano de 2001 o decréscimo chegou a 14% -, ainda ocorre um grande contingente de óbitos maternos evitáveis no Paraná, cerca de 76%, em 2002. Entre as causas diretas do óbito materno, a doença hipertensiva específica da gestação foi a que obteve maior redução, de 21% em 2001 para 15,4% em 2002, passando a ser a segunda causa de morte este ano, com 19,8%. Em 3º lugar entram as infecções puerperais e as embolias e em 4º o aborto e as complicações anestésicas. As causas obstétricas indiretas representam 34% das mortes, incluindo as cardiopatias e doenças respiratórias, hipertensão crônica e anemia principalmente.

Este perfil denota ainda a necessidade de investimentos para uma assistência à saúde sexual e reprodutiva mais qualificada e mais especificamente do pré-natal, parto e das ações de controle do puerpério e da prevenção das gestações de alto risco.

(*) Raquel Rotta Burkiewicz é corregedora do CRM-PR e integrante do Comitê Estadual de Mortalidade Materna e da Comissão da Saúde da Mulher

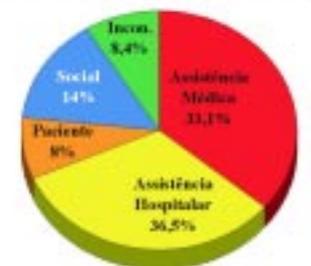


COMITÊS DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO PARANÁ 2002

ANÁLISE DE EVITABILIDADE

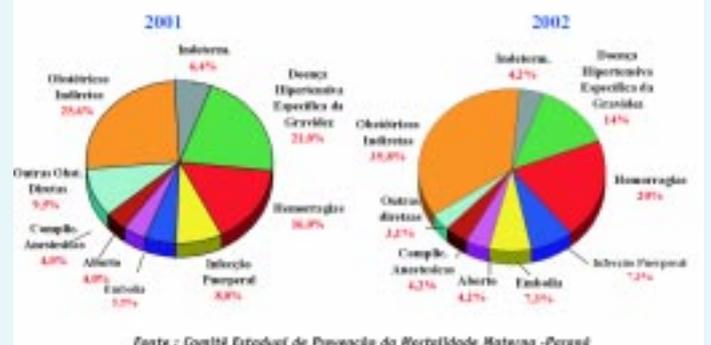


ANÁLISE DE RESPONSABILIDADE



Fonte: Comitê Estadual de Prevenção Mortalidade Materna -Paraná

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTALIDADE MATERNA PARANÁ 2001-2002



Fonte: Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna -Paraná

Bioética, genética e a história de Eva

José Eduardo de Siqueira*

A empresa Clonaid, ligada à seita raeliana, anunciou dia 27 de dezembro do ano passado o nascimento do primeiro ser humano produto de processo ainda não devidamente esclarecido de clonagem reprodutiva. O recém-nascido seria cópia genética de uma americana de 31 anos e está sendo chamado de Evapor Brigitte Boisselier, bioquímica francesa autora da façanha.

De uma maneira geral, as pessoas sentem-se perplexas diante do extraordinário poder da ciência e interrogam-se sobre seus rumos. Crítica-se a crença cega numa tecnologia fria que desconhece fronteiras em seus avanços na imposição de um patético progresso. Os mais temerosos já perguntam: para onde vamos? Será esse o destino que queremos verdadeiramente traçar para a humanidade? Sentimentos de frustração, até mesmo, de ira vêm à tona ao serem desconsideradas a identidade e a dignidade dos seres humanos em pesquisas científicas que atendem ao único e imperial mandamento de que “o que pode ser feito, deve ser feito”. Os exemplos abundam. A tecnologia da biomedicina que impõe critérios técnicos acima de valores morais no prolongamento da vida de pacientes terminais. Um protocolo de pesquisa que em nome de superiores conhecimentos científicos permite que pacientes negros portadores de leucemia permaneçam vinte e cinco anos sem tratamento específico. Uma tecnologia industrial que considerando tão somente o lucro ignora regras fundamentais de proteção à saúde pública. A anunciada clonagem humana reprodutiva.

A cômoda suposição de que todo novo conhecimento científico resulta em benefício para humanidade vem sendo contestada. Os jovens cientistas de hoje têm ambiente totalmente diverso daquele vivido por seus predecessores que dispunham dos laboratórios que requisitavam, bem como das verbas que julgassem necessárias. Nada se indagava sobre a natureza das suas pesquisas, pois a confiança que mereciam era ilimitada. Hoje, diferentemente, já não se permite isolamento em torres de marfins e não mais se aceita a neutralidade do conhecimento científico.

Anteriormente, os pesquisadores viviam em verdadeiros refúgios intelectuais espalhados pela Europa e EUA sempre apartados do mundo da política. Oppenheimer, um caso exemplar, bem demonstrou que suas experiências, conduzidas por ocasião do Projeto Manhattan, não o tinham preparado para os problemas políticos que teve que enfrentar na década de 1950. Nessa época, apenas delineava-se um controle civil sobre o poderio militar na recém-criada Comissão de Energia Atômica. Rapidamente, nos anos que se seguiram, a sociedade assistiu atônita

ao crescimento da importância estratégica desses homens circunspectos que segundo alguns, conforme admitiu o próprio Einstein: “Decidiam de uma maneira amoral os destinos da humanidade”.

Os únicos princípios éticos que eram considerados por eles advinham de normas de proteção ao bom nome da profissão e de suas inalcançáveis metodologias, curiosamente, por eles mesmos instituídas. Bem diferente é a situação atual onde a sociedade atenta para todos os passos dos homens de ciência os impede de uma caminhada livre e descompromissada de alguns valores fundamentais. Não mais se aceita o conceito do conhecimento como um bem absoluto e em si mesmo desvinculado de postulações sociais. As pesquisas científicas são reexaminadas e sobre elas direciona-se o potente foco de luz da reflexão ética. Nada mais fica na sombra, os novos holofotes tudo alcançam, até mesmo a consciência e a autocrítica dos pesquisadores.

Fato marcante dessa nova situação ficou registrado na famosa “Carta de Berg” que foi publicada na edição de 24 de julho de 1974 da conceituada revista *Science*. Paul Berg, eminente biólogo da Universidade de Stanford presidira uma comissão de onze destacados cientistas americanos que tinham a tarefa de definir os rumos das pesquisas sobre o DNA recombinado que haviam sido apresentadas por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) por ocasião da reunião conhecida como Asilomar I em janeiro de 1973.

Pela primeira vez os cientistas exercitavam uma profunda autocrítica sobre os possíveis rumos perigosos de uma determinada linha de pesquisa biológica. A famosa “Carta de Berg” recomendava que, enquanto não fossem devidamente avaliados os riscos da manipulação de moléculas de DNA recombinadas, os cientistas deveriam voluntariamente interromper suas pesquisas nesse campo. Os cientistas auto-impuseram uma moratória. Era o reconhecimento da Academia de que o poder de manipulação das variáveis da vida necessitava sofrer a moderação de um novo e, até então, alheio poder.

Esse novo ator que estreava no teatro da ciência atendi pelo nome de ética e nascera a muitos anos passados na Grécia de Sócrates, Platão e Aristóteles. Porque demorou tanto esse talentoso ator para intervir no espetáculo da ciência? Provavelmente pelo exíguo poder de modificar a natureza que até então dispunham os cientistas, o que os fazia destemidos, porém frágeis.

Alguns pensadores, como Packard, perguntam: “É possível esperar que os cientistas sejam tão prudentes em experimentações humanas, quanto têm sido audazes na experimentação com animais?”

Na segunda metade da década de 1990

revistas de todo mundo publicaram o caso da menina Jaycee, conhecida como “*órfã de ninguém*” pois não teve pais genéticos conhecidos, foi gestada por mãe de aluguel e seus pais adotivos, ou seja, aqueles que a encomendaram, divorciaram-se antes de seu nascimento. Jaycee transformou-se em filha do tubo de ensaio, pois um Juiz do Tribunal de Justiça da Califórnia a declarou “*criança sem pais*”. Fruto de um processo de fertilização artificial, obtido a partir de espermatozoide e óvulo de doadores anônimos, Jaycee foi gestada por uma mãe de aluguel, contratada pelo casal Buzzanca ao preço de dez mil dólares. Um mês antes do nascimento da menina, no entanto, o Sr. John Buzzanca separou-se de Luanne, sua esposa, dizendo que nunca quisera ter um filho dessa maneira e passou a repudiar qualquer responsabilidade paterna. Como a menina Jaycee não tinha nenhum vínculo genético com o casal, nem com a mãe de aluguel, e seus pais biológicos eram anônimos, ela passou a existir no mundo numa espécie de vácuo.

“A pergunta ética está ligada ao futuro e à tecnociência de uma forma especial. Podemos enunciá-la da seguinte forma: O que vamos fazer do homem?”

G. Hottois

Estamos acostumados a conviver com problemas de limites definidos que pouco servem para atender as complexas indagações éticas que ora se apresentam. A falta de sintonia entre o extraordinário progresso da tecnociência e os tímidos avanços dos mandamentos éticos geraram casos como os de Jaycee. A tecnociência somente enxerga o preto e o branco onde a ética percebe o cinza e suas diferentes tonalidades.

Passados dez anos do caso Jaycee, temos agora o anunciado nascimento de Eva que foi patrocinado por uma seita que acredita que a vida na Terra foi criada por extraterrestres e que a clonagem reprodutiva é a chave para a vida eterna. O feito foi divulgado em entrevista coletiva realizada em Hollywood e quem o apresentou foi, ninguém menos que, a Sra. Boisselier, “bispa” da seita do Movimento Raeliano e atriz principal desse filme que ainda não se sabe se incluiu na categoria de ficção ou terror.

Vivemos atualmente, uma nova obsessão que alguns autores denominam “genomania”, que é decorrente de um crescente conhecimento sobre os genes que podem “causar” doenças. Assim se expressa John Opitz, professor de Pediatria e Genética Humana da Universidade de Utah: “Em um mundo crescentemente autocentrado, materialista e dividido, a genomania tem o

potencial de tornar-se a obsessão ocidental preponderante, mais do que a guerra, a fome ou a pestilência jamais o foram em nossa consciência”. Já há um grande número de resignados doentes futuros, hoje saudáveis, porém comprovados portadores de uma mutação genética deletéria, esperando que o “inevitável” aconteça, impotentes para fazer algo contra o “mal” que os espreita em seus organismos.

A detecção de genes responsáveis por doenças é uma das áreas mais ativas da genética humana. A comparação de material genético de pessoas doentes e normais permite identificar uma “*porção do genoma*” que está associado à doença. Todos os que militam nessa área admitem que não basta simplesmente a presença do gene mensageiro da doença, mas é fundamental condições ambientais para que a moléstia possa se manifestar. Estes fatores se influenciariam mutuamente, gerando padrões que não poderiam ser reduzidos simplesmente à pura soma dos componentes mencionados. Em suma, não há uma relação de causalidade obrigatória entre detecção do gene e ocorrência da doença.

Retomando o caso Eva, a unanimidade dos cientistas sérios reconhece que o processo de clonagem reprodutiva apresenta enormes dificuldades técnicas. Menos de 2% dos embriões de animais obtidos por este procedimento tomam-se viáveis. A clonagem de bovinos, ovinos, camundongos e gatos tem resultado em abortos espontâneos por grosseiras malformações congênitas. A pergunta mais óbvia quando se propõe o experimento em *anima nobile* é: É ético produzir seres humanos descartáveis considerando que mais de 90% dos gerados por esta técnica assim serão?

Conhecida da maioria é a tese que foi defendida por Alexis Carrel de que as diferenças entre as classes sociais poderiam ter uma origem biológica. Entre os autores que opinaram sobre esse tema, curiosamente encontra-se um psicólogo marxista, René Zazzo, que num estudo publicado em 1984 sobre a potencialidade intelectual humana, defende a tese que a situação de desempenho intelectual insatisfatório de trabalhadores menos qualificados se deve à herança genética. A relação entre inteligência e êxito social e de que os indivíduos de camadas socioeconômicas mais elevadas têm filhos melhores dotados parece fechar o ciclo genomania-meritocracia. Retomamos aqui ao cenário de indivíduos programados para ocuparem determinadas posições na escala social como o já descrito por Huxley no “*Admirável Mundo Novo*”.

Com mais dúvidas do que certezas, a aplicação indiscriminada de testes genéticos em populações de pessoas saudáveis parece ser uma meta perseguida por grandes

Laboratórios. Para evidenciar os interesses comerciais basta mencionar algumas estimativas de enfermidades com bases genéticas. Calcula-se que, nos EUA, existem trinta mil famílias em risco para doença de Huntington, trinta e seis mil famílias para distrofia miotônica, três a cinco milhões de casos para doença de Alzheimer e cerca de um milhão de pessoas portadoras do gene que causa suscetibilidade para o câncer de cólon. A pergunta que se impõe é: Os testes genéticos precoces poderão salvar vidas? Para algumas doenças, como a Coreia de Huntington, a resposta é não. Para outras, como o câncer, as respostas ainda não são claras. Recordamos aqui das palavras de Giovanni Berlinguer: “A velocidade com que se passa da pesquisa pura para a aplicada é, hoje, tão alta que a permanência, mesmo que por breve tempo, de erros ou fraudes pode provocar catástrofes.”

Imagine-se que, em futuro próximo, os genes responsáveis pela inteligência sejam localizados e que seja possível identificar, através da análise do DNA, qual será o potencial genético de um indivíduo quanto a esta característica. Como poderia ser usada essa informação? Seriam instituídos testes genéticos para os genes da inteligência antes da admissão de crianças em escolas, para jovens em universidades ou para seleção de candidatos a empregos? Haveria discriminação ou uma maior tolerância em relação aos menos dotados?

E o que dizer de Eva e seus futuros irmãos? Poderíamos perguntar com Francis Fukuyama (*Nosso futuro pós-humano*, 2002) se é possível presumir o consentimento de uma criança para ser clone de alguém? Hans Jonas, autor de “Princípio da Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica”, nos responsabiliza pela qualidade de vida das futuras gerações dos seres ainda não nascidos. Habermas considera que o clone se assemelha a um escravo já que foi concebido com a missão de perpetuar juízos e valores que outra pessoa lhe impôs mesmo antes do nascimento.

Sem dúvida, porém, a pior consequência da história de Eva será o enorme prejuízo que causará sobre, as ainda tímidas iniciativas para alcançar a clonagem terapêutica, essa sim, metodologia preciosa para abolir o sofrimento de enorme contingente de portadores de doenças genéticas incuráveis. Já se anuncia, por exemplo, que o Congresso norte-americano aprovará, em breve, o completo banimento de todo tipo de clonagem humana. Será que seremos mais uma vez punidos por um pecado de Eva?

(*) José Eduardo de Siqueira é vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética e coordenador da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Paraná.

Endereço para correspondência: jsique@sercomtel.com.br

CRM alinhado ao programa estadual de resíduos sólidos

O secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, médico Luiz Eduardo Cheida, está recebendo o suporte necessário para a implementação do Programa Estadual de Resíduos Sólidos. Para a viabilização e significativa participação no programa, foram convidados a celebrar termo de compromisso e de cooperação técnica os conselhos profissionais, universidades, empresas e a sociedade organizada de modo geral. Cada instituição, dentro de sua área de atuação, assume a incumbência de informar aos seus pares e também de divulgar à comunidade a conscientização pela preservação do meio ambiente.

O termo será oficializado pelo governador Roberto Requião, com o lançamento da Política Estadual para Resíduos Sólidos no Paraná, que dará sustentação ao Programa. Até dezembro de 2006, projeta-se a redução de 30% da geração de resíduos de toda natureza e a erradicação dos lixões.

Plano é ousado, de mudança comportamental da sociedade, hábitos de consumo e de combate ao desperdício. Uma de suas essências está no estímulo às empresas em aplicar recursos na gestão ambiental, de utilizar matérias-primas menos poluentes e de reaproveitamento dos materiais potencialmente recicláveis. Sob amparo do programa Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), a Política Ambiental visa oferecer orientação normativa e estratégica

para ajudar a preservar ou reconstruir os cenários ambientais do Paraná.

O Conselho Regional de Medicina foi convidado a aderir ao projeto, o que ocorreu de forma imediata através de seu presidente, Luiz Sallim Emed. Ele avalia: "A participação do CRM será importante, pois muitos resíduos da área de saúde ainda não têm uma destinação adequada, conforme impõe a legislação em vigência". Ainda conforme Emed, resíduos de medicamentos, frascos com restos de imunossuppressores, bolsas de sangue plásticas e outros materiais sem destino correto de armazenamento e destruição são alguns dos exemplos de fontes de contaminação dos mananciais e de focos de doenças.

Ainda na análise do presidente do CRM, inaugura-se de forma mais marcante o trabalho de conscientização do médico, do diretor clínico dos hospitais, de sua participação na implantação de uma política de encaminhamento aos resíduos sólidos. De acordo com dados técnicos, já neste mês de setembro, os aterros sanitários de Curitiba terão sua capacidade de estocagem superada, o que é uma grande preocupação de saúde pública. "A responsabilidade é de todos, e não apenas do gestor. A lei determina que o gerador do lixo é o responsável pelo seu destino", ressalta Luiz Sallim Emed.

A legislação e a multa pertinente à desobediência são instru-

mentos que devem contribuir para melhores indicadores nesta área. Contudo, o Secretário de Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, reforça a convicção de que, através de melhor conscientização da sociedade, será possível implementar uma cultura de preservação e proteção ao meio ambiente. "O comportamento da sociedade deve ser voltado para a defesa da vida", realça. Neste processo, entende Sallim Emed que o Conselho deverá oferecer grande contribuição e, assim, conclama os médicos a fazerem valer de seu elevado grau de influência para ajudar a criar a consciência pela preservação, sobretudo entre as crianças e as lideranças comunitárias.

Conforme estimativas da SESA, estão sendo geradas cerca de 8.000 toneladas/dia de resíduos urbanos (incluindo os da construção civil). A população do Paraná é de 9,563 milhões de habitantes, dos quais 7.786.084 estão concentrados nas áreas urbanas. As ações propostas pelo Sistema SEMA para os resíduos gerados no Estado incluem educação ambiental, agentes multiplicadores para a gestão de resíduos, implementação de programas de coleta seletiva e reciclagem, técnicas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e resíduos de saúde, de materiais especiais, rurais, vegetais e industriais. O planejamento envolve a Secretaria de Meio Ambiente, Instituto Ambiental do Paraná e Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa).

Reunião na SEMA, em 29 de agosto: Maurício Portela (farmacêutico), Paulo Guerra (med.vet.), Luiz Emed (CRM) e ainda Oliva Vasconcelos, Laerty Dudas e Carlos Alberto Hirata, da Coordenadoria de Resíduos Sólidos.



Contra abertura de escolas

O Cremosp, CFM e AMB impetraram no STJ, em 13 de agosto, mandado de segurança com pedido de liminar contra o ato do ministro da Educação, Cristovam Buarque, que homologou a implantação dos cursos de medicina na Universidade Camilo Castelo Branco e no Centro Universitário Nove de Julho, em São Paulo. Os mandados pedem a anulação das portarias ministeriais que autorizaram a abertura dos novos cursos e a revogação da autorização para a criação dos mesmos. No dia 15, também o CFM e AMB, ao lado da Fenam e CMB, publicaram em jornais de grande circulação o manifesto "Por que somos contra a abertura de novas escolas médicas".

Em audiência pública que tinha sido realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família, no dia 12 de agosto, os deputados já tinham criticado a proliferação de escolas médicas, fazendo com que, hoje, 116 unidades estejam em funcionamento no país. A audiência serviu para explicitar o desencontro entre os conselhos nacionais de Educação e de Saúde nos processos de criação das escolas de Medicina. OMEC autorizou a criação de várias faculdades em processos que tiveram parecer contrário do CNS.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MATO GROSSO DO SUL

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENA DISCIPLINAR
APLICADA AO MÉDICO ODILON ANDREOLLI GONÇALVES CRM/PR 10634

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO CFM, datado de 10 de abril de 2003, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 023/97, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico ODILON ANDREOLLI GONÇALVES, por infração aos artigos 44 e 87 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 11 de agosto de 2003.

Luiz Sallim Emed
CONS. LUIZ SALLIM EMED
Presidente

Preocupação com falsos médicos e graduados em situação irregular

O exercício ilegal da profissão médica tem se tornado cada vez mais freqüente no país. Pessoas sem formação específica e médicos sem a devida qualificação ou regularização profissional atuam de maneira negligente, colocando em risco a saúde de pacientes. Recentemente, vários episódios de falsidade ideológica no Paraná e em outros Estados chamaram a atenção da opinião pública sobre o assunto, aumentando a responsabilidade de prefeituras e instituições da área de saúde com relação a credibilidade e legitimidade dos profissionais que contratam.

Elísio Lopes Rodrigues, médico fiscal do Conselho de Medicina do Paraná, explica que existem basicamente quatro ações que podem ser qualificadas como exercício da ilegal da medicina. “No Estado, a maior incidência são as de médicos brasileiros formados no exterior que não revalidam o diploma ao retornarem para o país e de médicos estrangeiros que não possuem registro legal para exercer a profissão no Brasil”, conta. Outra situação freqüente é a de médicos que não realizam a transferência de registro ao mudarem de região primária. “Nestes casos, o Conselho orienta o profissional a efetuar a inscrição secundária. Se não ocorrer, o médico será acionado por infração do Código de Ética Profissional”, complementa Rodrigues.

Outro aspecto é de irregularidades que têm em comum a falsificação do registro expedido unicamente pelos CRM's. Em geral, os impostores nunca freqüentaram uma escola médica, possuem outros documentos falsos e atuam como “charlatões”, colocando em risco a vida de pacientes. Esses casos são caracterizados, inclusive, como crime doloso e por isso tornam-se responsabilidade da Polícia Judiciária. Elísio Rodrigues lembra que a falta de registro do CRM só é

aceitável em caráter temporário para médicos recém-formados que trabalham sob supervisão de preceptores de cursos de especialização e residência médica.

Para evitar novas ocorrências, o Conselho Regional do Paraná recomenda mais uma vez que pacientes, empresas e instituições da área de saúde exijam toda a documentação que legaliza o exercício da profissão. “No caso de contratações, é fundamental que as mesmas sejam homologadas apenas após consulta prévia junto ao CRM ou suas Delegacia Regionais”, alerta o fiscal. Em caso de dúvidas, é aconselhável também pedir ao médico que também apresente sua declaração de conduta ética profissional – documento fornecido pelo CRM. Ressalte-se que o diretor clínico da empresa ou instituição de saúde que contrata profissional irregular responde de forma solidária, seja administrativa como criminalmente.

Casos de Polícia

Uma das pessoas acusadas de exercer ilegalmente a profissão e aplicar golpes no interior do Paraná trabalhou na Santa Casa de Cianorte e em postos de saúde de São Tomé e Tuneiras do Oeste sem qualquer restrição. Fernando Aparecido Bizzari, 24 anos, apresentou inúmeros documentos falsos, incluindo um número de registro no Conselho Regional de São Paulo, que, na verdade, pertence a uma médica paulista. O falso médico atuou ilegalmente durante três meses e só foi descoberto por acaso, através de uma denúncia na internet. O presidente do CRM, Luiz Sallim Emed, mostrou-se surpreso com a ousadia do falso médico, que conseguiu permanecer impune por tanto tempo numa região importante como aquela. Ele entende ser inaceitável a falta de zelo do gestor público e do diretor clínico em não exigir a documentação necessária.

No bairro Sítio Cercado, em Curitiba, usuários da Unidade de Saúde 24 horas descobriram que o suposto pediatra que se identificava apenas pelo prenome de Marco Antônio, atendia na unidade de maneira irregular. Conforme funcionários do posto de saúde, o falso médico efetuou cerca de 2 mil atendimentos. Entre eles, o caso de uma criança que chegou a ser internada em UTI devido a um diagnóstico errado. De acordo com a prefeitura de Curitiba, o impostor trabalhou na unidade durante todo o mês de julho do ano passado. Ao ser contratado, apresentou um registro também do CRM de São Paulo e ganhou tempo com promessa de regularização dos documentos no CRM do Paraná. Os dois casos, como outros similares, são da alçada da Polícia. O Conselho já levou à esfera da Polícia Federal casos de

diplomas falsos e tentativa de registro, assim como no histórico de suspensão da prática da medicina está a de uma psicóloga, que atuou na década de 80 em Curitiba até ser descoberta.

Investigação em hospitais

Denúncias de usuários e da Vigilância Sanitária levaram o Ministério Público do Estado a intensificar a apuração de irregularidades em hospitais de Curitiba e Região Metropolitana (RMC). Cerca de 15 estabelecimentos da Grande Curitiba – particulares e públicos – estão sob investigação da Promotoria de Proteção à Saúde de Curitiba. As denúncias incluem a questão do exercício ilegal da profissão, que envolveria brasileiros gra-

duados no exterior e estrangeiros em situação irregular no país. Se forem constatadas irregularidades nos hospitais públicos, a Secretaria Estadual de Saúde deve entrar com procedimento e processo administrativo para punir os responsáveis.

Denunciar

Numa sociedade moderna e globalizada, onde os avanços científicos e tecnológicos se multiplicam, seria cada vez mais previsível a erradicação da ameaçadora figura do falso médico. Se não ocorre, é preciso reforçar os instrumentos de fiscalização para o cumprimento das normas em vigência. Os profissionais legítimos da medicina devem estar atentos para denunciar ao Conselho de Classe ou à autoridade policial, situações que podem colocar em risco a saúde da população. Conferir a origem profissional e de seus documentos é fator imprescindível a qualquer contratante.

O primeiro caso conhecido de exercício ilegal da profissão

Os abusos e artifícios ilícitos na arte de curar ou amenizar a dor confundem-se com a própria história da humanidade. A vigilância da sociedade atua numa vertente oposta, embora nem sempre capaz de evitar as conseqüências. O conselheiro Wadir Rúpullo, ex-presidente do CRM-PR, foi buscar na obra “História da Medicina no Paraná”, de Júlio Moreira e que data de 1953, o relato do que seria o primeiro caso denunciado de exercício ilegal da profissão médica em Curitiba – e no Estado. Uma história que remonta há 255 anos e que, nas entrelinhas, evidencia que a desculpa da apresentação posterior de documentos continua fazendo incautos.

Confira o texto selecionado: ..”Vinha André Francisco

Coimbra há alguns anos exercendo legalmente a medicina em Curitiba quando, em 15 de dezembro de 1748, o Juiz Presidente e demais oficiais da Câmara chamaram a sua presença o Licenciado Coimbra, “a quem tinham dado autoridade para exercitar o ‘Ofício de Surgião’, enquanto não apresentasse a sua carta de exame, e mais papéis provando que era aprovado no dito ofício e não tivessem queixas dele, e como até o presente não tinha apresentado a dita carta de exame, e tinha tido suas queixas de que tinha feito algumas curas quem, ou por não ter experiência ou por Deus assim o prometer, tinha sido mal afortunado e tinha morrido alguma pessoa, de que havia murmurações, morrera pelo dito a não saber curar e a errar a cura, lhe mandaram que de hoje em diante

não curasse mais a pessoa alguma, nem vendesse medicamentos, alguns compostos por sua mão, enquanto não mostrar a dita carta de exame e mais por onde conta que é provado, com pena de que obrando em contrário, ser punido como for de direito, o que ele assim o prometeu fazer.

Em face desta determinação, André Coimbra retirou-se de Curitiba, com destino ignorado, sendo prever que tenha seguido para o Sul. Em março de 1757, portanto passados dez anos, ele foi procurado pelo Fiscal da Câmara, que não tendo encontrado, declarou que André Francisco Coimbra há muitos anos se ausentara daquela Vila para as partes do Rio Grande e nem se sabia dele, pois só se lhe tinha feito a diligência pelos seus antepassados.”

Um apaixonado pela medicina, pela natureza e pela vida. É como se define o clínico João Gualberto de Sá Scheffer. Mas nem precisaria. Todas essas manifestações estão explícitas no comportamento e no histórico pessoal e profissional do médico, que se prepara para receber o Diploma de Mérito Ético-Profissional, pelos 50 anos de atividade exemplar. Seu legado, sem dúvida, é singular aos dos colegas médicos das turmas de 1952 e 1953, que se juntam à homenagem do CRM-PR. Mas uma coincidência editorial faz com que o *Jornal do CRM*, através da entrevista com o Dr. João Gualberto, reverencie os Jubilados e todos os demais pares que prezam pela vida, pela ética e pelo meio ambiente.

O afamado “jardim botânico” existente na área do consultório do Dr. João Gualberto, bairro curitibano do Batel, ajudou a semear uma reportagem que associasse curiosidades no cenário paralelo da atividade médica e o prenúncio da Primavera, agora sob momento especial com o incremento de um programa público de defesa ambiental, que pretende envolver toda a sociedade paranaense. Os “experimentos” com as plantas, em especial as orquídeas, acabaram sendo o ponto de partida para conhecer um pouco mais da rica história de vida e algumas lições do mestre, pesquisador e escritor.

Paixão pelas plantas

Ex-professor da Universidade Federal e membro-fundador da Academia Paranaense de Medicina, a qual já presidiu, o Dr. João Gualberto mantém a rotina profissional de forma intensa, exibindo toda a sua vitalidade aos 74 anos. E, além do convívio com a família e atividades de lazer, ainda se dedica às plantas, paixão que adquiriu ainda na infância. Foi graças a sua atenção durante décadas que árvores e flores criam o belo cenário do jardim, quintal e no entorno do hoje consultório, que divide com o filho, também médico. Ele morou com a família por cerca de 25 anos na casa, aos poucos ilhada pelos prédios e acossada pela expansão demográfica.

Mesmo depois de mudar com a mulher para um apartamento, espaço compatível face ao casamento dos filhos, o Dr. João Gualberto

CUIDANDO DA VIDA EM TODAS AS SUAS FORMAS



As orquídeas predominam e dão mais beleza ao jardim da ex-moradia e atual consultório do Dr. João Gualberto.



não descuidou do jardim, muito menos das orquídeas que ali se sobressaem. São cerca de 200 exemplares de orquídeas, de espécies diversas, cultivadas com especial carinho “pelas mãos de um amorador”, como costuma salientar. “Sou apaixonado por elas, mas não sou um orquidófilo”, justifica. Prefere se proclamar um jardineiro, ofício herdado dos avós paternos, ela italiana e ele alemão, com quem morou algum tempo. Eles chegaram ao país no século 19 e trabalharam como agricultores.

O hobby do cultivo e trato das orquídeas é antigo e o médico diz ser de grande importância para combater o estresse imposto pelo cotidiano profissional. Para ele, independente da profissão, todos deveriam dedicar-se a atividades que proporcionem prazer e alegria “Faz muito bem, principalmente para o profissional que vai avançando nos anos, se aposenta, fica sem ocupação”, comenta, rindo, para completar: “O aposentado é um mendigo de conversa. Vai para a Rua das Flores mendigar conversa”. Averso a essa corrente e de bem com a vida, prefere aproveitar o alvará matrimonial dos sábados, como faz há anos, para se dedicar às “amantes”, numa alusão às orquídeas. Claro que se permite fazer uso da convidativa churrasqueira do lugar para um bate-papo com os amigos.

Cuidar da vida

Coxa branca de coração, o Dr. João Gualberto orgulha-se em contar que a área que hoje abriga o Estádio Couto Pereira, no Alto da

Glória, foi vendida ao Coritiba por seu avô, em 1928. Foi justamente esse avô que o fez despertar para o cuidado com as plantas, com a natureza. “A natureza é vida e eu gostava das coisas da vida”. Lembra que, quando via o avô tomando o maior cuidado com a plantação, pensava: “Isso é cuidar da vida”. Mesmo com as pressões do pai, que gostaria que ele seguisse seus passos no comércio e de parentes militares, decidiu exercer a medicina. “Quereria salvar vidas”, lembra.

Quando começou a vida profissional, o Dr. João Gualberto diz que era um pouco de tudo: parteiro, pediatra, geriatra... “Depois surgiram as especialidades, os especialistas”, interpretando que houve uma contradição com a medicina avançando muito para o campo tecnicista e esquecendo um pouco do aspecto humano, da boa relação médico-paciente. “O especialista sabe menos de tudo e mais de menos”, equipara. “Antes, o conhecimento da medicina estava num determinado nível e o aluno saía da faculdade em um patamar pouco abaixo. Hoje em dia a defasagem é marcante”, enfatiza. Reconhecendo que a maioria dos médicos hoje concentra mais o seu trabalho na questão técnica, o Dr. João Gualberto avalia ser um equívoco desprezar a anamnese, o exame físico, o ouvir o doente, o olhar nos olhos...”

O ex-professor da Universidade Federal diz que sente grande prazer quando tem a oportunidade de promover essa comparação entre os jovens médicos, para que não se

problema também está em algumas já existentes, que não são qualificadas e onde o contato aluno-professor é baixo. “Ou seja, tem os dois lados; em certas faculdades o padrão de ensino é baixo, mesmo ela existindo há anos”, explica, sem deixar de acentuar que o conhecimento tecnológico é crescente mas a educação nem sempre acompanha.

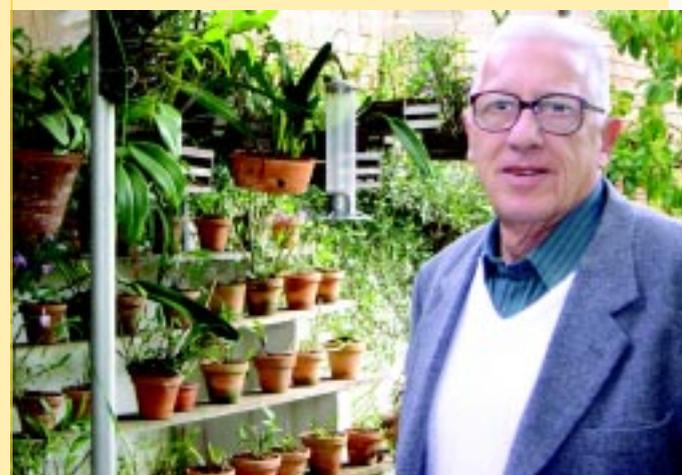
Quanto a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, o Dr. João Gualberto diz que é uma medida salutar, embora não tenha como julgar ainda se é a melhor alternativa para a remuneração almejada. Sua opinião é de que “mataram a galinha dos ovos de ouro da medicina”, referindo-se ao valor abusivo da consulta praticado no passado. “Mas, agora, o atual valor da consulta é vergonhoso para o médico e isso deve ser mudado”, concorda.

Sempre atento aos grandes temas nacionais, ele não deixa de fazer uma apelo: “Grita-se muito com a Reforma da Previdência. Antigamente existia uma lei que o médico que tivesse 25 anos de profissão e 50 de idade poderia aposentar-se pelo INSS. Concordo com a reforma justamente por achar que não dá para manter aposentadorias homéricas, excedentes”.

deixem seduzir pelo uso da tecnologia. Todos os anos ele é convidado a proferir palestras a acadêmicos ou formandos em Medicina e diz que centra seus temas em questões como *A arte de ser médico*, *Humanismo, ética e moral* ou ainda *O que é ser médico*. “O médico é um placebo para a cura do doente e os jovens médicos têm que ter esta noção da medicina”, resume.

Ao analisar a questão do ensino médico, ele vê como “uma aberração” a abertura indiscriminada das escolas. Porém, entende que o

Perfil



Formado em 1953 pela Faculdade de Medicina da UFR (Turma Prof. Atlântido Borba Cortes), o Dr. João Gualberto fez curso de aperfeiçoamento em Farmacologia na Escola Paulista de Medicina, como bolsista da Capes, em São Paulo, mas optou em dedicar a maior parte do seu tempo na prática da medicina em Curitiba. Foi membro-fundador da Faculdade Evangélica de Medicina, tendo lecionado, além da UFR, na Faculdade de Ciências Médicas (hoje Faculdade de Medicina da FUC) desde a sua fundação. Membro da Academia Paranaense de Medicina, a qual presidiu, escreve artigos científicos sobre a situação da medicina. É autor do livro “Anamnese médica do Paraná”, em que contou com a colaboração da Fundação Santos Lima e renomados profissionais Eduardo Corrêa Lima, Isau Affonso da Costa e Luiz Fernando Beltrão.